



# Anais da Assembléia

Nº 199

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1996

ANO XXII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

**PDT – 11:** Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Selème - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 1996.**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Mitinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trêntini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1744**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, a solicitação de regime de urgência para os seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 156/95, que altera a redação do artigo 3º da Lei nº 11.070 de 16.03.95 que dispõe sobre a criação do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED; e

- Projeto de Resolução nº 024/95, que institui a Comissão Permanente dos Direitos Humanos e Cidadania da ALEP e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) IRINEU COLOMBO

**REQUERIMENTO Nº 1746**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, "regime de urgência" para o Projeto de Lei nº 570/96 relativo à Mensagem nº 104/96, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 11.12.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO Nº 1747**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, requer o regime de urgência para o Projeto de Lei nº 560/96, de autoria dos Deputados José Maria Ferreira e Péricles Holeben de Mello, conforme disposto no Art. 183 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 11.12.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI.

**REQUERIMENTO Nº 1749**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei nº 560/96 dos Deputados José Maria Ferreira e Péricles Mello que objetiva disciplinar a implantação do PROEM na rede pública de ensino de 2º grau no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.12.96.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA  
 PÉRICLES MELLO

**REQUERIMENTO Nº 1759**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o pedido de Urgência ao Projeto de Lei nº 421/96.

Sala das Sessões, em 11.12.96.

(a) BETO RICHÁ.

**REQUERIMENTO Nº 1735**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.12.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

**REQUERIMENTO Nº 1760**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 11.12.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

**REQUERIMENTO Nº 1737**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Votos de Pesar pelo falecimento de ANTONIO BUZO, ocorrido no dia 06 próximo passado, no Município de Lobato - PR.

REQUER, ainda que o presente se dê ciência à sua esposa, Senhora Conceição Buzo, e família, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Pres. Vargas, s/n no município de Lobato-PR.

Sala das Sessões, em 11.12.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

## REQUERIMENTO Nº 1738

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da Presente sessão, um Voto de Congratulações com o Município de COLORADO, que nesta data comemora o 41º aniversário de sua instalação oficial.

REQUER-SE outrossim que, da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) BASÍLIO ZANUSSO

## JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1948 pela Companhia Colonizadora Imobiliária Agrícola Catanduva, COLORADO foi elevado à categoria de Município, através da Lei Estadual nº 253 de 02 de dezembro de 1954.

O Município foi instalado oficialmente no dia 10 de dezembro de 1955, comemorando pois na data de hoje o 41º aniversário de sua instalação.

Ocupando posição de destaque na região, Colorado é hoje um retrato de progresso, graças ao dinamismo e à fibra de sua população.

O povo de Colorado e as suas autoridades a homenagem da Assembléia Legislativa do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 1739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um VOTO DE CONGRATULAÇÃO com o Município de PARANAPOEMA, que estará comemorando amanhã o seu 32º aniversário da instalação oficial do Município.

REQUER-SE outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

## JUSTIFICATIVA:

PARANAPOEMA que primitivamente pertencia ao Município de Nova Esperança, tendo sido elevado à categoria de Distrito em 10 de fevereiro de 1953, passou mais tarde a pertencer ao Município de Paranacity, quando Paranacity obteve sua emancipação política em 26 de novembro de 1954. Em 06 de março de 1964 Paranaipoema obteve sua emancipação política, sendo que a instalação oficial do novo município ocorreu aos 11 dias do mês de dezembro de 1964 com este registro, Paranaipoema recebe as homenagens desta Casa Legislativa.

## REQUERIMENTO Nº 1740

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se um voto de congratulações com o Município de Cruzeiro do Sul, que no próximo dia 14 do corrente estará comemorando o quadragésimo aniversário de sua instalação oficial como município.

REQUER-SE outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

## JUSTIFICATIVA:

Elevado à Categoria de Distrito Administrativo de Nova Esperança em 05 de maio de 1954, Cruzeiro do Sul obteve sua emancipação política em 26 de dezembro

de 1955, conforme Lei nº 2.548.

A instalação oficial do município veio a ocorrer quase 1 ano depois, ou seja em 14 de dezembro de 1956. Pela passagem dos 40 anos de sua instalação, é justo que façamos este registro, com as mais sinceras homenagens desta Casa Legislativa à laboriosa população de Cruzeiro do Sul.

## REQUERIMENTO Nº 1741

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações à Rádio Guairacá de Mandaguari, alusivos à comemoração dos 46 anos de Fundação, no dia 08 próximo passado.

REQUER ainda que do presente se dê ciência ao Senhor CYLÊNIO PESSOA JÚNIOR, Diretor da Rádio Guairacá, através de correspondência a ser encaminhada à Rua São Paulo, 262 CEP 86975-000, Mandaguari - PR.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) ORLANDO PESSUTI.

## REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja enviado ao Excelentíssimo Desembargador do Tribunal de Justiça Cláudio Nunes do Nascimento, votos de agradecimentos, pela cooperação plena, na ajuda destinada na construção do Fórum do Município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) NELSON TURECK.

## JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se faz necessário, devido a brilhante ajuda fornecida pelo Desembargador do Tribunal de Justiça Cláudio Nunes do Nascimento, ao Município de Campina da Lagoa, na construção do Fórum.

O referido desembargador, deu prioridade a esta obra, sabendo que o referido município necessitava a muito do Fórum, não tendo sua sede própria e com a sua cooperação, este projeto saiu do papel e se tomou uma realidade à comunidade.

## REQUERIMENTO Nº 1751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, Voto de Congratulações à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, alusivos à realização do III Seminário Estadual de Política Agrícola, nos dias 10 e 11 de dezembro corrente.

REQUER ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela instituição, Senhor Antonio Lúcio Zarrantonello, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Silva Jardim nº 775, CEP 80230-000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 1752

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida - COEP-PR, alusivos a do Simpósio "O Desperdício: um desafio a ser vencido", a realizar-se no próximo dia 12 de dezembro corrente.

REQUER ainda que do presente se dê Ciência ao

Secretário Executivo, Senhor Marcos Venitius de Almeida Muniz, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Senador Saraiva nº 270, CEP 80510-300, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente,

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo voto de congratulações à IVETE MION BODACZNY pelo trabalho realizado junto aos Deficientes Visuais.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Mais 307 portadores de Deficiência estarão no mercado de trabalho de Curitiba, em alguns anos. Eles estarão sendo preparados pelo Centro de Informática Deficientes Visuais Professor Hermann Görden.

Segundo a Presidente do Centro Ivete Mion Bodaczny atualmente existem 18 turmas mas a intenção é ampliar este número. Todos os alunos do Centro, que é mantido pela Organização Alemã Laterinamerika Zentrum, estudam gratuitamente.

Que este requerimento enseje os sinceros cumprimentos do Poder Legislativo à Presidente, Professora, Funcionários e Mantenedores do referido Centro, formulando Votos de crescentes realizações e conquistas profissionais.

#### REQUERIMENTO Nº 1754

Senhor Presidente,

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo voto de congratulações a ARTHUR PEREIRA E OLIVEIRA FILHO pela Organização do Seminário dos Prefeitos eleitos do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

A equipe de ARTHUR PEREIRA E OLIVEIRA FILHO foi responsável pela organização dos quatro dias em que, Prefeitos eleitos do Paraná viveram a fascinante experiência da imersão em tempo integral na reciclagem que escancara janelas para horizontes culturais, despertando para plena consciência da significação política dos mandatos que começarão a exercer a partir de 1º de Janeiro.

Que este requerimento enseje os sinceros cumprimentos do Poder Legislativo à ARTHUR PEREIRA E OLIVEIRA FILHO e toda sua equipe, formulando votos de crescentes realizações e conquistas profissionais.

#### REQUERIMENTO Nº 1755

Senhor Presidente,

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo voto de congratulações ao pesquisador paranaense NELSON LUIZ DE SOUZA PINTO, pelo recebimento do diploma da Ordem Nacional do Mérito Científico.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Pesquisador paranaense Nelson Luiz de Souza Pinto receberá as insígnias e o diploma da Ordem Nacional do Mérito Científico, que lhe foram outorgados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nelson atribuiu a alta honraria a um reconhecimento

to de um trabalho coletivo na Universidade e na Copel e, aos vinte e oito anos de amor e dedicação com que dirigiu o CEHPAR.

Ajudou a consolidar e a projetar o CEHPAR (Conselho Consultivo do Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor Parigot de Souza), em nível nacional e internacional como Centro de Excelência em Estudos de Hidráulica e Hidrologia.

Que este requerimento enseje os sinceros cumprimentos do Poder Legislativo ao homenageado, formulando votos de crescentes realizações e conquistas profissionais.

#### REQUERIMENTO Nº 1756

Senhor Presidente,

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo voto de congratulações ao COLÉGIO LYSIMACO FERREIRA DA COSTA, pela comemoração dos seus 50 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo como primeiro nome o de "Escola Isolada da Água Verde", o Estabelecimento iniciou suas atividades em 1936, funcionando numa pequena casa de madeira situada na Rua Carneiro Lobo. As primeiras professoras foram Rosa Kopruszinski, Helena Vilanova Dionísio e Zélia Barbosa.

Depois, passou a denominar-se Casa Escolar da Água Verde, Escolas Reunidas da Água Verde e Grupo Escolar da Água Verde. Só em 1946 receberia o nome de Colégio Lysímaco Ferreira da Costa.

Contando hoje com cerca de dois mil alunos e sob a direção da professora Maria da Conceição Correa Soares, o estabelecimento é um dos mais tradicionais da Capital paranaense.

Que este Requerimento enseje os sinceros cumprimentos do Poder Legislativo aos diretores, professores e funcionários do Colégio Lysímaco Ferreira da Costa, responsáveis pelos 50 anos de bons serviços prestados à educação paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 1757

Senhor Presidente,

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo voto de congratulações a NEUSA MARIA LORENZINI, ZIYGIMAL GRZYBOWSKI e ALDORI WERNER, profissionais da publicidade premiados com a Comenda Ordem do Galo.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Uma votação coordenada pelo Sindicato dos Publicitários do Estado do Paraná escolheu para receberem, neste ano, a Comenda Ordem do Galo:

- NEUSA MARIA LORENZINI, gerente de Mídia da Opus/Multimídia, com "profissional de agência";

- ZIYGIMAL GRZYBOWSKI, da SITRAL (empresa de representações de veículos de comunicação), como "profissional de veículo";

- ALDORI WERNER, gerente de produção da Clichepar, como "profissional da área de fornecedores".

A Comenda Ordem do Galo é uma forma de estímulo à qualidade e atuação criativa desses profissionais da área da publicidade.

Que este requerimento enseje os sinceros cumprimentos do Poder Legislativo aos laureados, formulando votos de contínuas realizações e conquistas na área pro-

fissional.

#### REQUERIMENTO Nº 1758

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo voto de congratulações ao economista (CEZAR AUGUSTO PROENÇA, pelo recebimento do prêmio "o Equilibrista/96".

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Promoção do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, IBEF, o troféu "o Equilibrista" é entregue aos profissionais da área que mais se destacaram nas suas atividades.

Gerente da Divisão Financeira da empresa Brasholanda S/A Equipamentos Industriais, o economista CEZAR AUGUSTO PROENÇA foi o escolhido para receber o prêmio neste ano, em reconhecimento à sua atuação.

Que este Requerimento enseje os sinceros cumprimentos do Poder Legislativo ao homenageado, formulando votos de crescentes realizações e conquistas profissionais.

#### REQUERIMENTO Nº 1743

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, contrariedade a emenda constitucional que diminuiu a idade de responsabilidade penal para 16 anos de idade, que tramita no Congresso Nacional.

Outrossim, REQUER, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional e aos Excelentíssimos Senhores líderes dos partidos representados no Congresso Nacional, em Brasília - DF.

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) IRINEU COLOMBO.

#### REQUERIMENTO Nº 1745

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando parecer deste Tribunal sobre o processo de contratação da Empresa OURO VERDE TRANSPORTES E LOCAÇÃO LTDA, por parte da Secretaria de Segurança Pública, quanto a legalidade e a moralidade (valores pagos).

Sala das Sessões, em 11.12.96

(a) DR. ROSINHA.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos ao Grande Expediente.

Concedo ao palavra ao 1º Orador inscrito, o ilustre representante do Norte Pioneiro, o Sr. Deputado Reny Borsato.

O SR. RENY BORSATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho subir nesta tribuna para levantar um problema que o Norte Pioneiro e também o Estado do Paraná têm uma rodovia que liga Ponta Grossa ao Rio e ao Estado de São Paulo. Essa Rodovia, a cada ano que passa

tem um aumento de movimento de aproximadamente 10%.

Portanto, ouvi atentamente, outro dia, nosso Governador Jaime Lerner dizendo que vai duplicar as rodovias federais, isso dá em torno de 2.000 quilômetros.

Esta rodovia de Castro a Jaguariaíva e de Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina é uma rodovia que tem o maior movimento de caminhões, no Estado do Paraná, este levantamento foi feito pelas companhias de petróleo, por isso esta rodovia se encontra hoje com vários projetos de postos de combustível. Muitos deles que este ano serão concluídos e muitos serão concluídos no ano que vem.

Queria alertar meus companheiros Deputados que esta rodovia é de grande importância para o Estado do Paraná. Vou explicar porque esta rodovia é de grande importância para o Estado do Paraná, porque é uma rodovia em que trafega todo o movimento do Estado do Mato Grosso, o movimento do Estado de São Paulo, que abrange São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, cidades grandes, Presidente Prudente, enfim. É uma rodovia que encurta o caminho para o nosso Porto de Paranaguá. Ali nessa rodovia, passa todo o movimento, toda a exportação de soja desses dois Estados e mais uma grande parte de Goiás.

Portanto, para vocês terem uma idéia da importância dessa rodovia, do movimento dessa rodovia, de Ponta Grossa a Ourinhos tem 300 km. Os postos de combustível dessa rodovia vendem entre diesel, gasolina e álcool, 11 milhões e meio de litros. Portanto, de Ponta Grossa a Maringá, que aproximadamente é a mesma distância, vejam bem, de Maringá a Ponta Grossa aproximadamente é a mesma distância de Ourinhos a Ponta Grossa. E os postos de gasolina desta rodovia vendem 5 milhões de litros. Portanto, a rodovia de Maringá a Ponta Grossa, que é a nossa rodovia do café, e a rodovia de Ponta Grossa a Ourinhos, não dá nem a metade do movimento de caminhões que se passa por aí.

Então, veja bem a importância dessa rodovia que liga Ponta Grossa a Ourinhos. E de Foz do Iguaçu a Ponta Grossa, porque Ponta Grossa é o troncamento das rodovias, que dá 600 km, aproximadamente, os postos de gasolina nesta rodovia, vendem 8 milhões e meio de combustível, que é o dobro da distância de Ourinhos a Ponta Grossa.

Tem um projeto de duplicação da rodovia de Castro a Jaguariaíva, mas, pelo que estou ouvindo e pelo que estou sentindo, vão atender primeiro uma rodovia que não tem a metade do movimento que tem essa rodovia de Ponta Grossa a Ourinhos. Portanto, não é o Norte Pioneiro que perde não, quem perde é o nosso Estado, quem perde é o Porto de Paranaguá, porque tenho informações corretas do Estado de São Paulo - vão fazer o contorno do Estado de São Paulo para o Porto de Santos.

Vejam bem, Senhores Deputados, de Ourinhos a Paranaguá, a distância de 500 km, de Ourinhos ao Porto de Santos 510 km. Agora, vejam bem Senhores, vai ser concluída a Castelo Branco que já foi terceirizada até Presidente Prudente.

Se nós do Estado do Paraná não duplicarmos a Rodovia de Ourinhos até Castro, certamente nós vamos perder todo o movimento de exportação de soja.

Portanto, o Porto de Paranaguá hoje, acho que é o Porto que mais exporta soja do Brasil. Se nós não fizermos essa duplicação, se o Governo não fizer essa duplicação de Ourinhos a Castro, certamente nós vamos perder essa fatia que o Porto de Paranaguá vai se beneficiar. Portanto o Governo anuncia que vai gastar milhões de dólares no Porto de Paranaguá. O Governo anuncia que vai gastar milhões de dólares para concluir ferrovia de Cascavel a Paranaíba e de Cascavel a Foz do Iguaçu.

Veja bem, é uma preocupação minha, quero passar essa preocupação a todos os Deputados que se nós perdermos a exportação da soja, e não é só a exportação da soja não. Vejam bem, saiu uma rodovia foi concluída uma rodovia no Estado de Goiás que encurta 300 km e esse caminho vem, passa pelo Norte Pioneiro de Ourinhos a Ponta Grossa. Porque de seis meses para cá, depois que foi concluída essa rodovia em Goiás, só para vocês terem uma idéia, aumentou 30% o movimento dessa rodovia. Está aí o Plauto que passa direto por essa rodovia, está aí vários Deputados que passam por essa rodovia e podem ver o movimento que se encontra essa rodovia.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Agradeço o aparte Deputado, escuto com atenção o seu pronunciamento, sei da importância que tem esse trecho, do qual Vossa Excelência se refere, e nós temos que encaminhar ao Governo do Estado do Paraná, levando a preocupação da duplicação desse trecho. Nós sabemos que dentro da privatização das rodovias, do anel de integração, o trecho de Jaguariá até Jacarezinho, até a divisa do Estado com Ourinhos ele não está dentro desse programa. E nós temos que reivindicar, nós temos que levar essa preocupação ao Secretário dos Transportes, ao Governador Jaime Lerner, para que esse trecho venha a ser duplicado, para que esse trecho faça parte dessa privatização que o Governo do Estado do Paraná pretende fazer uma série de rodovias no nosso Estado.

Conte com o nosso apoio, tenho certeza, vamos trabalhar, vamos cobrar, vamos mostrar ao Governo do Estado para que possamos sensibilizar o Governo do Estado do Paraná, para que esse trecho venha a ser duplicado também. A parte técnica o Senhor está aqui mostrando, expondo, os números do seu conhecimento e nós temos que levar pelo seu intermédio, com o nosso apoio ao Governo do Estado, para que também esse trecho receba essa duplicação tão importante.

Obrigado!

O Sr. Basílio Zanusso - Prezado colega Remy Borsatto, Vossa Excelência vai poucas vezes a tribuna desta Casa, mas quando o faz sempre leva assuntos da maior importância repetidas vezes.

Hoje, Vossa Excelência comunica o Plenário a necessidade, e me convenci disto, de que, este discurso de Vossa Excelência deve ser levado o quanto antes possível para a Secretaria dos Transportes e para o Governador do Estado. Porque coincide que, na oportunidade em que o Governo do Paraná, após um trabalho longo de concessão do Governo Federal para que o Estado privatizasse, administrasse parte das rodovias federais do Estado que resulta cerca de dois mil quilômetros quadrados, já na segunda fase de licitação, obra que acreditamos que seja revolucionária no que diz respeito a administração pública do Estado, que, será sem dúvida alguma, uma transformação do Estado. E, todos nós desejamos que o Governo, o Paraná alcance êxito neste projeto. E Vossa Excelência traz números, distâncias. Vejam a distância de Ourinhos - Paranaguá equivale a distância de Ourinhos - Santos. E traz números do combustível consumido de Maringá - Ponta Grossa e Ponta Grossa - Ourinhos que é a sua Região do Norte Pioneiro. Acredito mesmo que, com os argumentos convincentes que Vossa Excelência tem possa o Governo do Estado, ainda agora no início deste grande projeto do anel rodoviário, obra prioritária da campanha eleitoral de Jaime Lerner, possa este trecho que Vossa Excelência se refere, ser inclusive, da mesma forma também prioritariamente.

Da mesma forma que o Deputado Plauto Miró apoia o seu pronunciamento, também quero aqui colocar-me ao seu lado para apoiá-lo no encaminhamento desse

pleito que não é seu, e nem do Norte do Paraná, mas que deve ser de todos nós paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. RENY BORSATTO - Olha, desde o momento que assumi como Deputado Estadual venho levando esta preocupação para a Secretaria de Transportes. Vejam bem, rodovia de Jaguariá - Santo Antônio da Platina, uma rodovia que era para ser recapeada já há dois anos atrás, até hoje não foi feita a recuperação desta pista. Agora, não sei porque motivo foi tirado a verba da rodovia de Wenceslau Braz - Santo Antônio da Platina e passaram esta verba para a rodovia que liga São João - São Jorge e Dois Vizinhos no Sudoeste. Portanto, uma rodovia com esta importância está cheia de buracos, com o tráfego pesado. Esta rodovia tem movimento muito grande de caminhões. Ela será o futuro do Paraná. Estrategicamente esta rodovia pega todo o movimento de Goiás para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná passa por esta rodovia. Portanto, é uma rodovia importantíssima, é uma rodovia que hoje certamente, ela dá sustentação para o Porto de Paranaguá, que dali, passa dessa rodovia a maioria da soja, que é transportada para o Porto de Paranaguá, que é exportada. Portanto, não é só a soja mais é o farelo, e outras atividades que vários outros que têm importação e exportação. Portanto, é uma rodovia que precisamos olhar com muito carinho.

Veja bem, quando falei do Estado de Goiás, desta rodovia de 300 km incurto 300 km, praticamente, um desvio que vem cair na rodovia BR 153, que sai em Santo Antônio da Platina, Ourinhos e que vem para Ponta Grossa.

Portanto, meus caros colegas tenho uma preocupação muito grande, porque vejam bem se gasta milhões de dólares para fazer uma ferrovia e praticamente, deixa para trás uma rodovia que vai contribuir com o nosso Estado. Quero aqui deixar o meu agradecimento, sempre digo aos meus companheiros, que fico ouvindo atentamente, os Deputados de mais experiência. Isso me deixa com bastante satisfação, porque nesses 10 meses que se passaram, aprendi muito. Quero aqui também, agradecer o público, que seja registrado nos Anais desta Casa, o nosso Secretário de Agricultura Hermas Brandão. Ele vem fazendo um trabalho importante. Só para vocês terem uma idéia o Projeto de Café afiançado, foi já plantado 60 milhões de pés de café afiançado. Estava conversando com Hermas Brandão, e ele me falou, que aproximadamente dois anos, vamos ter aumento de 40 mil empregos desse chamado café afiançado.

Portanto, queria falar a vocês, que custou para o Governo estadual, 900 mil reais, recurso que o Governo do Estado passou foi de 900 mil reais. Portanto, veja bem, 900 mil reais o Estado do Paraná vai ter aproximadamente daqui a 2 anos, 40 mil empregos, praticamente no Norte do Paraná onde se planta o café, com um custo mínimo por parte do Estado, onde o Estado gasta milhões de dólares e não dá um terço do emprego que dá.

Queria alertar, porque se der uma geada que mate esse café, virá o problema para a nossa região, porque vão ficar desempregadas mais de 40 mil pessoas. Fica a minha preocupação com o café, porque é um grande projeto da agricultura no nosso Estado e não quero que aconteça como o trigo, como o Deputado Zucchi falou, que estão vendendo trigo. Deixo a palavra ao Deputado Takayama.

O Sr. Hidekazu Takayama - Companheiro Remy Borsatto, estávamos ouvindo atentamente o seu discurso e queríamos nos somar à luta de Vossa Excelência, pela duplicação do trecho do Norte Velho. Sabemos que o norte tem sido discriminado em diversos Governos e acreditamos que essa bandeira que Vossa Excelência levanta é justa e necessária para continuar o processo de



modernização do Estado do Paraná. Sabemos da luta do Governador Jaime Lerner pela modernização do Estado e já estamos vendo os resultados, quando o Governo colhe frutos valiosos, com os frutos provocarão desdobramentos para o crescimento do nosso Estado e queria me somar à sua luta e dizer que estaremos juntos empunhando essa bandeira e esperamos que todos os companheiros desta Casa, de todas as Bancadas e todas as lideranças políticas e empresariais do Estado possam se somar à necessidade da duplicação dessa região que pode canalizar o progresso, canalizando a utilização dos nossos Portos.

Parabéns a Vossa Excelência. O meu aparte era apenas fortalecer e dizer que estamos ao lado nessa luta, nessa bandeira.

O SR. RENY BORSATTO - Queria dizer aos Senhores

Deputados que esse levantamento que foi feito através das companhias de petróleo, mas não quero dizer que a Rodovia do Café não precisa ser duplicada e nem a Rodovia de Foz do Iguaçu. Precisam ser duplicadas sim. Sou a favor da duplicação de todas as rodovias e já deviam ter sido duplicadas, mas a importância da rodovia de Ourinhos a Ponta Grossa é de todo o Estado do Paraná, não é do Norte Pioneiro, porque corremos o risco de perder para o Porto de Santos e o Porto de Paranaguá fica sem a exportação da soja. Portanto, não quero ser contrário à duplicação desta ou daquela rodovia. Sou a favor de duplicar todas as rodovias, todas as que têm movimento tem que ser duplicadas. Vejam bem. Os levantamentos estão aqui e o dia que quiserem esse levantamento tenho em mãos, porque essa rodovia está tendo um grande movimento porque, estrategicamente, ela encurta para o nosso Porto de Paranaguá. Com o aparte o Deputado Nelson Tureck.

O Sr. Nelson Tureck - Quero parabenizá-lo por seu pronunciamento, nesta tarde, e dizer que o povo do Paraná votou no projeto da esperança, no projeto do futuro, votou no projeto do sonho, no projeto da transformação e o nosso Governador Jaime Lerner, o Governador que está aí mostrando a sua competência e que nem 2 anos do mandato deste brilhante administrador, nós já vemos aí, a recuperação, onde o Governo Federal já passou à estadualização das rodovias federais ao Governo do Estado, uma média de 1600 a 2000 km. E dizer ao Deputado que me somo às suas palavras de preocupação ao Norte Pioneiro. E, temos certeza, que com essas duplicações que virão a partir de março, o nosso Governador também não vai esquecer aquela rodovia tão importante do Estado do Paraná que é a Rodovia de Castro - Ourinhos, que vai para São Paulo.

Portanto, quero parabenizar Vossa Excelência por sua preocupação, porque o Senhor está, muito bem, representando aquela comunidade, aquele setor, tanto na agricultura como no comércio e, principalmente, o nosso transporte, o nosso escoamento agrícola.

Parabéns!

O SR. RENY BORSATTO - Obrigado pelo aparte. Concedo aparte ao Deputado Marquinhos Alves.

O Sr. Marquinhos Alves - Deputado Reny Borsatto é com grande alegria que nos somamos ao seu discurso, justamente pela questão do café que é uma questão muito importante para o Estado do Paraná, tendo em vista que o Estado do Paraná na década de 40, 50, principalmente o Norte do Paraná, foi, realmente, a grande faixa desse ouro verde - que possamos dizer assim. E também louvamos o Governo do Estado do Paraná por essa iniciativa de valorizar a cultura do café, que é uma cultura que dá emprego, que gera riquezas e para que

possamos voltar aos bons tempos do café no Estado do Paraná, agora com este sistema também adensado. Que é um sistema que com pouca terra temos um número maior de pés de café plantados. E também mostrando que o Governador Jaime Lerner além de ser um Governador preocupado com a agricultura e fazendo valer o Estado agrícola que é o Paraná, também preocupado com a industrialização, tendo em vista que temos aí, do seu mandato para cá, 2 anos, já colocando o Estado do Paraná como segundo maior pólo de fábrica de automóveis. Isso para nós é um grande orgulho: um Estado agrícola ao Estado industrializado que está se transformando.

Então nos somamos ao seu discurso parabenizando o Governo do Estado do Paraná pelo brilhante trabalho que agora podemos ver o Paraná em duas etapas: antes e depois do Governo Jaime Lerner.

O SR. RENY BORSATTO - Obrigado pelo aparte. Queria agradecer a todos que me apartearam e mais uma vez deixar, aqui, o meu apelo aos colegas, porque esta rodovia vem aumentando cada ano que passa. Portanto, não queria deixar de falar dessa rodovia, porque daqui 2, 3 anos, certamente de Presidente Prudente ao Porto de Santos e Paranaguá são 4 pistas. E vai ter o contorno no Estado de São Paulo, não passa mais por dentro do Estado de São Paulo. Se for concluída essa obra e nós não tendo concluído a nossa obra de Ponta Grossa a Ourinhos, certamente perdemos 1/3 até mais da exportação do Porto de Paranaguá. Portanto, é um alerta que estou fazendo porque conheço muito bem o Estado de São Paulo, porque tenho um irmão que é Prefeito de Tatui e tem uma rede de postos no Estado de São Paulo, e estou bem informado do que vai acontecer no Estado de São Paulo.

Então, quero mais uma vez alertar e estou alertando a Secretaria de Transportes, já fui várias vezes falar com o Secretário sobre isso, que não podemos depender do Estado de São Paulo.

O nosso Porto de Paranaguá, se não fizer essa duplicação de Ourinhos a Jaguariaíva, e de Jaguariaíva a Castro, certamente nós perdemos toda a exportação da soja.

Portanto, mais uma vez queria agradecer o grande amigo Presidente, o nosso companheiro Anibal Khury, que ontem tive o maior prazer de vê-lo desembarcando do avião junto com nosso Governador, trazendo mais uma fábrica de automóveis aqui para o nosso Estado.

Meu muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Edno com a palavra.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem - Estamos recebendo em nossa Casa o Prefeito eleito de Ivaté, Dario de Souza, e também a vice-Prefeita Carmelita Sgravotta e também a 1ª Dama da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PT, Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós tivemos nessa tarde uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e gostaria de relatar aqui três pontos que ficaram pendentes nessa reunião de Comissão de Constituição e Justiça.

O primeiro ponto que vai ser, instrumento que vai ser causa de debate ainda nos próximos dias, inclusive nesta tarde, é com referência ao PROEM - Programa de Ensino Médio no Paraná, cujo acordo neste Plenário, quando as galerias estavam cheias, quando os professo-

res, a APP, o Estado todo estava mobilizado para melhorar aquele projeto, um acordo de lideranças garantia à Oposição e à Situação, que faríamos em conjunto um projeto que desse normas ao PROEM; para sua implantação ainda nesse ano, que esse projeto então traria pelo menos Diretrizes Básicas para que a partir do ano que vem, a partir de uma discussão mais séria, com toda a sociedade civil, normatizássemos de fato todo o Programa de Ensino Médio. O resultado foi que numa votação que acabou 6 votos da Oposição, 6 votos da Situação, com desempate pelo Deputado Joel Coimbra a favor do Governo, o Programa de Ensino Médio, a proposta original da Oposição ao Programa de Ensino Médio, feita pelo Deputado José Maria e pelo Deputado Péricles Mello foi completamente desvirtuada por um Substitutivo Geral feito pelo Deputado Valdir Rossoni, Líder do PDT nesta Assembleia. O projeto, Substitutivo Geral, além desses 3 artigos que constam aprovados hoje na CCJ, ainda tem um novo artigo inserido na hora ali, pelo Deputado Valdir Rossoni, que é na verdade uma redundância, já que é o artigo contemplado na resolução do Governo na criação do PROEM.

E os Deputados que lerem os artigos 1º, 2º e 3º desta lei, verão que o PROEM vai ser empurrado goela abaixo dos diretores das escolas do ensino público do Paraná, porque ele tira qualquer possibilidade de escolha, uma vez que não deixa garantido, no projeto, verbas para os colégios que optarem pelo ensino médio, na forma que hoje se encontra.

O PROEM é, na sua concepção, um desrespeito à capacidade do paranaense pensar a sua educação. O PROEM é embasado na possibilidade de que o Governo Federal faça aprovar algo que se chama pós-médio, o PROEM já contempla a possibilidade do Governo Federal vir a incluir.

Por tanto, não existe ensino pós-médio.

O Estado do Paraná, quando viu a aprovação na CCJ, deste substitutivo, vai a partir do ano que vem ter de conviver com a realidade de escolas que aderiram ao Governo, a proposta ilusionista do Governo do PROEM e vai conviver com aqueles colégios, que por assembleia, preferiram, ainda, não o ano que vem, ter a adesão ao programa, e conseqüentemente, serem privadas de qualquer tipo de verba do Governo Estadual, apenas contando hoje com a promessa do Governo, de que não irá retirar essas verbas.

O Sr. José Maria Ferreira - Senhor Presidente, Senhor Deputado e demais Deputados que compõem esta Casa.

O Deputado Emerson Nerone, traz à tribuna o resultado da votação do PROEM, da sua discussão na Comissão de Constituição e Justiça.

Apresentamos um projeto que seria, mais ou menos, o consenso de toda a Casa e fruto daquela discussão entre os líderes, sintetizamos, apresentamos à Casa e no entendimento, era para que ele pudesse ter encaminhamento. Hoje, tivemos o projeto mutilado. Mutilado por quê? Porque, Deputado Emerson Nerone, como bem Vossa Excelência já afirmou, ele não assegura em primeiro plano recursos às escolas que não participaram ou que não vieram a participar do PROEM dentro deste ano letivo de 1997. Não assegura a opção de refazer essa adesão, que foi feita meio a toque de caixa, na pressão de que, se quem não fizesse parte do PROEM, não teria os recursos para o ano letivo de 1997, mesmo que assegurem que os recursos do Fundo Rotativo, são recursos assegurados por lei, muitos colégios, muitos diretores, muitas APMs e muitas comunidades estudantis fizeram a opção em função de se ver privado dos recursos.

O que o projeto pretendia, Senhor Presidente, nobre Deputado Emerson Nerone, era simplesmente dar

tranquilidade à comunidade escolar, permitindo que ela pudesse com mais tempo e com maior consciência do que estava decidindo, decidir sobre a sua integração, a sua adesão ao PROEM.

É lamentável que depois de um entendimento nesta Casa, como Vossa Excelência bem disse, com galerias cheias e na justificativa de que ficava mal à Bancada que dá sustentação ao Governo, votar contrária ao projeto legislativo do Deputado Luiz Claudio Romanelli e em função até do sentimento de retirar aquele projeto, hoje nós vemos o projeto que disciplina a implantação do PROEM, mutilado na sua essência.

Então, não tem como a Assembleia, hoje, dizer que, através deste projeto de lei, que está assegurando ou que está dando tranquilidade, infelizmente.

E dado a isso, aproveito o aparte que Vossa Excelência tão bondosamente nos cede, para solicitar a Casa e ao Plenário que, quando da apreciação a derubada do substitutivo para que o projeto possa caminhar na sua integridade e na sua inteireza.

Muito obrigado, pelo aparte!

O SR. EMERSON NERONE - Nobre Deputado José Maria, já asseguramos ao Governo que vamos encher as galerias desta Casa na votação do seu projeto e que não aceitaremos de novo uma negociação já que o Governo nesse episódio não teve a seriedade de cumprir a palavra dada a todas as lideranças, inclusive a todos os presentes aqui através de seus líderes.

Segundo ponto, Senhor Presidente, com relação a votação que ocorreu hoje na CCJ. Viemos a público em nome do Deputado Rosinha que participou daquela CPI, já que usamos a Liderança do PT, cobrar da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, do Deputado Joel Coimbra, que coloque em votação na CCJ o relatório final da CPI do Porto que há muito tempo já está na gaveta da Presidência da CCJ e que já poderia ter colocado em votação. O relatório final da CPI do Porto depende única e exclusivamente da Presidência da CCJ, Presidência esta que hoje decidiu a favor do projeto do PROEM do Governo do Estado do Paraná.

Terceiro ponto, Senhor Presidente, temos hoje em pauta apenas o projeto que prevê uma nova estrutura aos quadros dos servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado, institui o plano de carreiras e adota outras providências. O projeto que dá nova estrutura ao quadro de servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça estava ontem na pauta, estava ontem na Ordem do Dia e através de uma emenda do Deputado Ângelo Vanhoni ele foi retirado e foi remetido na tarde de ontem à Comissão de Constituição e Justiça. O fato de não ter sido votado hoje na CCJ, de novo cobramos da Presidência da CCJ Deputado Joel Coimbra o fato de não ter sido votado hoje na CCJ a emenda do Deputado Ângelo Vanhoni ao projeto que criava o plano de cargos e salários aos servidores da Justiça, faz com que este projeto só volte na Ordem do Dia no ano que vem. Não vamos votar hoje este projeto, provavelmente amanhã também não. Cedo aparte ao Deputado Joel Coimbra mesmo porque o Deputado Ângelo Vanhoni é que faz esta cobrança e pede de Vossa Excelência as explicações devidas.

O SR. JOEL COIMBRA - Em primeiro lugar que V.Exa. faltou com a verdade em dois aspectos e ao faltar com a verdade foi injusto não apenas com a Comissão como também com relação aos seus colegas de Comissão. Em primeiro lugar ao dizer que o projeto da CPI estava na verdade esgavetado na Presidência quando na verdade este projeto chegou na segunda-feira na Presidência. Penso que o Parlamentar deve ter sempre o compromisso de falar a verdade para defender a popula-



ção e deve procurar então consultar os dados e deveria V. Exa. ter a mesma coragem que tem de falar de sua Comissão, deveria ter coragem de consultar os dados, é fundamental que um Parlamentar fale embasado dos elementos técnicos necessários. Com relação à matéria que V. Exa. se refere do plano de cargos e salários do Poder Judiciário, V. Exa. acompanhou bem o tempo que levou para votação, nós tivemos várias matérias que estivemos em discussão, o caso do PROEM foi uma discussão interessante e tomou um grande espaço dos nossos Parlamentares e o Projeto do Poder Judiciário que é exatamente aquele que tratava das permutas houve um pedido de vistas que é regimental, o pedido foi feito pelo Deputado Trevisan e então eu não vejo como V. Exa. quer acusar a Presidência de não ter colocado o projeto em votação quando nós seguimos o Regimento, nós não podemos entender o Regimento. Penso que se V. Exa. tivesse lido o Regimento teria condições de falar e constatar que nós temos um prazo para encerrar a sessão e não cometeria esta injustiça.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, quero apenas antes de passar a palavra ao Deputado Rosinha, lembrar que no afogadilho, no final da sessão, o Senhor colocou em votação um projeto do Deputado Anibal Khury cujo afogadilho não permitiu que este Deputado tivesse vistas, então não é desculpa que um projeto da importância da criação de um plano de cargos e salários do Poder Judiciário ser colocado depois com a desculpa de não ter dado tempo enquanto o Projeto do Deputado Anibal Khury, um projeto novo foi colocado em votação no afogadilho, no final da sessão.

#### (Discussões paralelas)

Peço que me seja assegurada a palavra, Sr. Presidente, mesmo porque o Deputado diz que eu falei a verdade em dois momentos. Primeiro, Deputado Rosinha, eu gostaria que o Senhor explicasse ao Deputado Joel Coimbra sobre a CPI do Porto e o engavetamento que ela lhe deu. (Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o orador comunico que o seu tempo está esgotado.

O SR. DR. ROSINHA - Só quero fazer duas observações: primeira delas, tanto a CPI do Porto quanto o do Tribunal de Justiça estão em regime de urgência, portanto, tem que dar o parecer em primeiro lugar para voltar imediatamente para a Ordem do Dia. A segunda observação, se chegou segunda-feira na mão do Deputado Joel Coimbra, ontem, por telefone, ele tinha dito para mim que não estava na mão dele, então, o que é que aconteceu se agora ele assume que estava desde segunda. E como está em regime de urgência teria que entrar na terça, no máximo na quarta para estar no Ordem do Dia de hoje.

Portanto, faltou vontade política de exercer e desrespeitou o Regimento Interno, nos dois casos, já que disse o próprio Deputado que ele tem que seguir o Regimento Interno... (DISCUSSÕES PARALELAS) para corrigir o erro ou o equívoco cometido pelo Presidente da CCJ deve, para corrigir isto, convocar Sessão Extraordinária da CCJ logo após esta Sessão para que seja analisado tanto o projeto do Tribunal de Justiça quanto o Relatório da CPI para que amanhã possamos colocar em votação ambos os projetos.

O SR. EMERSON NERONE - Mas, Deputado Rosinha, só gostaria de entender, então, a CPI do Porto, o Senhor por telefone ontem foi avisado pelo Deputado Joel Coimbra que não estava nas suas mãos e hoje ele

faz uma afirmação nesta tribuna de que desde segunda-feira está em suas mãos? Então não foi bem eu que falei com a verdade.

#### (DISCUSSÕES PARALELAS)

Segundo, Deputado Rosinha, este projeto está em regime de urgência, Deputado José Maria, que sofre com a gente lá na Comissão de Constituição e Justiça e os Deputados da Oposição que nunca recebem projeto nenhum de importância, mesmo dizendo o Regimento Interno de que os projetos da Comissão de Constituição e Justiça devem ser dados à Relatoria através de sorteio, é isto que diz o Regimento, e o Regimento que eu desconheço (?) nunca foi cumprido, apesar de se conhecer, mas lá diz que é por sorteio e quantas vezes, Deputado Romanelli, quantas vezes nós cobramos que fosse feito sorteio, mas não é feito por sorteio, então a Relatoria vai para o Deputado que a Presidência entende que é para melhor e o plano de cargos e salários, nós queremos deixar claro aqui que em nome do Deputado Angelo Vánhoni, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, o projeto que instituiu um plano de cargos e salários ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que saiu da pauta do dia de ontem motivado por uma emenda do Deputado Angelo Vánhoni está em regime de urgência e não foi apreciado hoje antes desta Sessão na Comissão de Constituição e Justiça, nós não sabemos o motivo, mas a não votação hoje e isto implica que o plano de cargos e salários tão sonhado pelos funcionários do Tribunal só vai ser feito daqui a dois meses no começo do ano que vem e sabemos que o governo não quer votação deste projeto, só vai ser feito porque foi apreciado na Comissão de Constituição e Justiça e que repito... (DISCUSSÕES PARALELAS).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O tempo de V. Exa. está encerrado.

A Mesa registra com satisfação a presença do Dr. Nereu Vidal César, Vereador de Maringá, e Valdelfio Barbosa, Diretor do Jornal do Povo de Maringá, a convite do Deputado Joel Coimbra.

Horário das Lideranças: PDT, PTB, PSDB, PPB, Liderança do Govern. (DECLINARAM)

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

#### ORDEM DO DIA

Com a presença de 54 Senhores Deputados

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quase que começo pelas palavras finais aqui do Deputado Nerone, porque a minha questão de ordem se cinge o projeto 481, de autoria do Tribunal de Justiça que ontem aqui numa manobra feita pelo Líder do Governo no sentido de esvaziar o Plenário para impedir a votação dessa matéria, acabou por praticar dois atos na minha avaliação, e quero crer que também desta Presidência, ferem frontalmente o Regimento desta Casa. Primeiro porque o projeto quando foi pedido a verificação de quórum Senhor Presidente caiu a Sessão, o Projeto deveria retomar hoje à Ordem do Dia. E a segunda questão Senhor Presidente que irregularmente o Presidente da Sessão anterior, que foi o Deputado Luiz Carlos Zuk, certamente não se atentou ao que preceitua o Regimento Interno desta Casa no artigo 141, que diz o seguinte: "Nos Projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público, que dispõem sobre a criação ou extinção de cargos de sua Secretaria, ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas nesta Assembléia". Nenhuma das emendas que foram oferecidas, Senhor Presidente, é atingida pelo benefício previsto

no artigo 141, ou seja, no máximo cinco Senhores Parlamentares assinaram as emendas, que são as emendas regulares, não no caso específico da matéria de competência exclusiva do Presidente do Tribunal. Por isso que a minha questão de Ordem Excelência é que o Senhor colocasse na pauta de discussão, em 2ª discussão o Projeto 481 e também 487 que está previsto, e não recebesse nenhuma emenda por elas divergida e frontalmente do dispositivo do Regimento Interno desta Casa, o artigo 141.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Vou, antes de fazer uma Questão de Ordem Senhor Presidente, vou escutar sábias palavras da Presidência em relação a Questão de Ordem apresentada pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A questão de ordem de V. Exa. se refere ao artigo 141 na admissão de emendas. Esse dispositivo caiu por desuso. A Mesa sempre aceitou emenda de qualquer Senhor Deputado, desde que venha apoiado por mais quatro Deputados a respeito de qualquer Projeto, e de qualquer natureza. Eu acho, nobre Deputado Romanelli, V. Exa. que está sempre atento, eu acho que é cerceamento de liberdade do Deputado de apresentar emendas. Eu mantenho a decisão, de que a emenda admitida pela Mesa com a assinatura de cinco Deputados, ou a Plenária aprovando, dando o seu apoio, elas são objetos de deliberação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Queria contraditar Vossa Excelência se me permite, e quero recorrer da sua decisão ao Plenário desta Casa, Senhor Presidente, porque o Regimento desta Casa é, na minha avaliação, a lei suprema que devemos seguir.

O SR. ANGELO VANHONI - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência quer aguardar o recurso do Deputado ou quer falar também?

O SR. ANGELO VANHONI - (Pela Ordem) - Não, gostaria de sugerir uma solução que poderia superar este pequeno e breve impasse.

Senhor Presidente, apresentei uma emenda no Projeto do Tribunal de Justiça no dia de ontem, e que foi apoiada pela Bancada do PT, então de acordo com o uso e costume da Assembléia está de acordo porque preenche cinco assinaturas; apresentei esta emenda porque funcionários do Tribunal de Justiça há algum tempo solicitaram em função de corrigir uma pequena distorção no quadro funcional do Tribunal, como este Projeto estava em Regime de Urgência o meu raciocínio, pela lógica, pela tradição da Assembléia, é de que este projeto iria para a CCJ, e a CCJ teria tempo suficiente para analisar, e reverter ao Plenário da Assembléia.

Estranho que este projeto, hoje, não esteja em pauta. Então a sugestão que faço, acho que podemos desconhecer esta Questão de Ordem, que o Deputado Romanelli está apresentando, desde que Vossa Excelência, acate, e o Plenário acate, para que superemos todos os problemas.

Como é um projeto importante, é do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e tem outro que é do Tribunal de Alçada, de um outro Poder da estrutura do Estado, solicito a Vossa Excelência que submeta o Requerimento, de que este Plenário seja transformado em Comissão Geral, para que possamos analisar tantas emen-

das e votar os respectivos projetos.

É tradição da Assembléia em casos parecidos como esse, ser transformados esses dois projetos que estão em Regime de Urgência, que a Assembléia se transforme - estamos no final do período, - agora em Comissão Geral, e até sugiro que o Deputado Valdir Rossoni seja destacado como Relator das emendas, e que possamos então em questão de dez minutos dirimir estas dúvidas todas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Romanelli mantém o seu recurso ao Plenário?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Mantenho Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que apóiam a decisão da Mesa, na aceitação das emendas, desde que elas sejam apoiadas por cinco Senhores Deputados ou pelo Plenário, com relação a projetos oriundos do Ministério Público e o Tribunal de Justiça, conservem-se como estão.

Aprovada a decisão da Mesa.

O SR. ANGELO VANHONI - Mas tem o meu Requerimento a Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 107, do Regimento Interno, Capítulo da Comissão Geral: "O Requerimento propondo a Constituição da Assembléia e Comissão Geral só será admitido, e submetido a discussão, e votação, decorridos vinte e quatro horas de sua apresentação, e deverá conter desde logo, objeto, o dia e a hora da reunião."

A Mesa espera o Requerimento de Vossa Excelência, mas alerta que a Comissão de Constituição e Justiça tem quarenta e oito horas para a apreciação desse projeto, e já foram decorridas as vinte e quatro horas.

O SR. ANGELO VANHONI - Quero fazer uma pequena consulta à Mesa, a Vossa Excelência, o Senhor Presidente.

Se já foram transcorridas as vinte e quatro horas, significa que amanhã este projeto entrará em votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vence amanhã. Depois de amanhã estará na Ordem do Dia. Hoje faz vinte e quatro horas amanhã quarenta e oito, e em seguida será incluída na Ordem do Dia.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - Posso fazer duas leituras. A primeira delas, sobre este projeto, que o Senhor disse que voltará sexta-feira. Sexta-feira, teremos votação nesta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se houver matéria, faremos Sessão.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - Matéria há. Esse projeto está em Regime de Urgência. Foi levantada a Questão de Ordem pelos Senhores Deputados, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pretendo colocar na Ordem do Dia os projetos que estão na Comissão de Constituição e Justiça, no Regime de Urgência, e que tenham decorridos quarenta e oito horas. Agora, não posso obrigar a Comissão de Constituição e Justiça a me dar o parecer, a menos que coloque o projeto sem o parecer. Al sim, caberá o requerimento do Deputado Vanhoni, da Comissão Geral.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - O segundo questionamento, que é uma sugestão, que a CCJ se reúna, em caráter extraordinário, para dar esses pareceres, inclusive, a respeito do próprio relatório da CPI do Porto, que já transcorreram as quarenta e oito horas que devem entrar amanhã.

Então, que se faça uma Sessão Extraordinária logo após essa sessão plenária para analisar todas estas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai entrar em contato aqui com o Presidente da Comissão de Justiça e vamos tentar solucionar o impasse, é um pequeno impasse e acho que vamos resolver.

Segue-se a sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

##### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/96, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que altera a redação das leis nºs 11.091, de 16.05.95 e 11.035, de 02.01.95. (Loteiras - SERLOPAR). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNARIO, COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 508/96

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Sâmis da Silva tem por objetivo alterar a redação das Leis nºs 11.091/95 e 11.035/95 - SERLOPAR.

Esta Comissão de Constituição e Justiça faz a análise da emenda, vez que já se manifestou com relação ao Projeto de Lei.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSE TAVARES - Relator

Apoio: Geraldo Cartário, José Maria Ferreira, Valdir Rossoni, Luiz Claudio Romanelli, Walmor Trentini, Irondi Pugliesi, César Seleme, Basílio Zanusso, Antonio Annibelli, Caio Quintana.

#### Em votação o Substitutivo Geral da C.C.J..

O SR. DR. ROSINHA - (Para Encaminhar) - Analisando este Projeto 508/96, existem algumas disposições na legislação federal, as quais este projeto se contrapõe.

Uma delas diz respeito que todas as questões de jogos, a arrecadação deve ser investida na área social, e este projeto acaba desviando parte desses recursos para a área de esportes.

A outra questão a ser analisada é a que diz respeito a jogos de outras modalidades, que possam ser criados. O projeto não entra no detalhe de quais são as modalidades a serem criadas e muitos deles são considerados, inclusive, ilegais.

E sobre este Projeto de Lei, ou esta proposta dos jogos da natureza tem sido analisada já pelo Ministério Público de nosso Estado e tem pareceres contrários à efetivação dele.

Por estas razões que elenquei, a Bancada do PT pede o registro do voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral.

Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que dá nova estrutura ao Quadro de Servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado, institui o Plano de Carreiras e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### PROJETO DE LEI Nº 487/96 EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO DE Nº 01

A presente emenda visa alterar a redação proposta no artigo 10 do Projeto de Lei nº 487/96.

\*Artigo 10 - A excessão dos integrantes da carreira de Assessor Jurídico, aos demais servidores ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Superior, fica assegurada a percepção de verba de representação equivalente a 80% (oitenta por cento) do seu vencimento."

Sala das Sessões, em 10.12.96

(a) VALDIR ROSSONI

Apoio: Milton Puppino, Walmor Trentini, Nelson Tureck e um ilegível.

#### O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

A Mesa alerta que o Projeto está em Regime de Urgência.

O SR. EMERSON NERONE - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com relação ao Projeto nº 487/96, a menos que falhe a memória, mas ele estava ontem na Ordem do Dia junto com o Projeto nº 481/96.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aquele recebeu Emenda na tarde de ontem e está recebendo Emenda hoje.

O SR. EMERSON NERONE - Mas, Senhor Presidente, ontem o Presidente Luiz Carlos Zuk, encerrou a Discussão daquele Projeto. Gostaria de saber, Senhor Presidente se com a Discussão encerrada cabe Emenda ainda hoje, me parece que regimentalmente não cabe Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos ler a Ata que fala a verdade. "O Senhor Deputado Dr. Rosinha solicitou Verificação de Quorum, procedida a mesma foi constatada a inexistência de quorum para Votação, o Projeto de Lei nº 481/96, em face de Emenda de Plenário foi encaminhado à CCJ."

Não foi encerrada a Discussão.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, este Deputado não solicitou Verificação de Quorum na data de ontem não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Geralmente a Ata não mente jamais, mas Vossa Excelência tem razão, foi o Deputado Silvestri.

O SR. DR. ROSINHA - Por favor corrigir a Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede.

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 028/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo através do Instituto Ambiental do

Paraná - IAP, alienar a Edelvino José Centofante, o lote nº 64, do Imóvel Cascata, com área de 132,2766 ha, situado no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.J.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Gilmar Dias de Oliveira e Gilvano Dias de Oliveira, o lote nº 015, do Imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.J.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui a obrigatoriedade do plantio de árvores frutíferas nativas nas faixas de domínio das Rodovias Estaduais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor João Carlos Simões. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 075/96, que dispõe sobre o Orçamento Geral para o exercício de 1997. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.O.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.O.. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

PROJETO DE LEI Nº 433/96  
SUBSTITUTIVO GERAL DA  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

SEÇÃO I

Das Disposições Comuns

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1997, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da administração indireta;

II - O Orçamento de Investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

SEÇÃO II

Da Estimativa de Receita

Art. 2º - A receita total, compreendendo os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, é estimada no valor de R\$ 8.144.096.350,00 (oito bilhões, cento e quarenta e quatro milhões, noventa e seis mil, trezentos e cinquenta reais).

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o artigo 27 da Lei Estadual nº 11.467, de 12 de julho de 1996, e a Legislação Estadual pertinente, nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

EM R\$ - 100

- Receitas de Recolhimento Centralizado

R\$ 6.318.828.340

1.1 - Receitas Correntes

R\$ 4.765.304.510

1.2 - Receitas de Capital

R\$ 1.553.523.830

2 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das autarquias, fundações, órgãos de regime especial e fundos (exclusive transferências do Tesouro Estadual)

R\$ 1.180.006.140

2.1 - Receitas Correntes

R\$ 1.048.188.970

2.2 - Receitas de Capital

R\$ 131.817.170

3 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das empresas públicas e sociedades de economia mista, para o Orçamento de Investimento (exclusive transferências do Tesouro Estadual)

R\$ 645.261.870

3.2 - Receitas de Capital

R\$ 412.186.860

R\$ 412.186.860

SEÇÃO III

Dos Orçamentos

Art. 3º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da administração indireta discriminados no Anexo III, estimam a receita em R\$ 7.498.834.480,00 (sete bilhões, quatrocentos e noventa e oito milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais) e fixam a despesa em igual valor.

ART. 4º - O Orçamento de Investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado, está sendo estimado em R\$ 858.165.810,00 (oitocentos e cinquenta e oito milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e dez reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta Lei.

Art. 5º - Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam do Anexo II, integrante desta Lei.

Art. 6º - O programa de obras custeadas com recursos do Tesouro e de outras fontes está detalhado no Anexo V desta Lei.

SEÇÃO IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de primeiro de julho de 1996, serão corrigidos, antes do início da execução orçamentária, pela previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, aplicada no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo Índice para dezembro de 1996, dando ciência prévia à Assembléia Legislativa, com a informação dos totais por unidade orçamentária e por projetos e atividades.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da administração indireta e do Orçamento de Investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, mediante aplicação

do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IB-GE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por unidade orçamentária e por projetos e atividades.

#### SEÇÃO V

##### Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Fontes

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado, no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais, e o pagamento da Dívida Pública, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do art. 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964;

II - Alterar os valores do programa de obras, orçados nesta lei a nível de Projetos e atividades orçamentárias, até o limite de 5% (cinco por cento), custeados com recursos do Tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado;

Art. 10 - Fica o Poder Legislativo autorizado, a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 11 - Fica o Poder Judiciário autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

#### SEÇÃO VI

##### Das Centralizações de Recursos

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com vistas a sua otimização administrativa, em especial os referidos nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização, na Procuradoria Geral do Estado, das dotações orçamentárias do Tesouro Estadual, previstas para o pagamento de precatórios no orçamento próprio de cada uma das unidades da administração indireta do Estado.

#### SEÇÃO VII

##### Da Execução do Orçamento e dos Créditos por Antecipação da Receita

Art. 14 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da receita nos termos da Lei especificamente para atender despesas com pessoal e encargos sociais.

#### SEÇÃO VIII

##### Das Disposições Gerais

Art. 15 - A Secretaria de Estado de Planejamento e

Coordenação Geral, no prazo de 20 dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará a Assembleia Legislativa do Estado os Quadros de detalhamento de despesa, especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta, com os valores na forma do disposto no art. 7º desta lei.

Art. 16 - O Poder Executivo providenciará, no prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta lei, o acesso dos Deputados Estaduais ao sistema informatizado de elaboração e controle da execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial dos órgãos da administração direta e indireta.

Art. 17 - Passam a fazer parte integrante da presente Lei, os anexos VI, VII e VIII, devendo, o Poder Executivo proceder as alterações deles decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente.

§ 1º - Os cancelamentos, referentes às previsões de despesa constantes no anexo VI, devem ser realizados segundo indicação de recursos contida no anexo VIII.

Art. 18 - Os recursos propostos na dotação 7130.16.401831.184, Programa Paraná 12 Meses - DER, adequação de estradas rurais compostos pelos valores inicialmente orçados no Projeto de Lei e daqueles resultantes das emendas apresentadas, deverão ser alocados no elemento de despesa 4440.51.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.12.96.

(aa) MARQUINHOS ALVES - Presidente;  
DURVAL AMARAL - Relator.

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### PARECER:

A análise e aprovação do orçamento, e bem assim a fiscalização da execução orçamentária são, se não a maior, a mais relevante função do Poder Legislativo nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

O controle da administração financeira e orçamentária é constitucionalmente reservado ao Legislativo, com uma de suas conquistas seculares, a partir da implantação do Estado de Direito, pela qual firma a sua autonomia, sendo, portanto, de palmar evidência que a ele há de pertencer, em última análise, o denominado controle externo.

Nessa medida, qualquer delegação ao Poder Executivo, nessa matéria ou dessas funções, acarreta um esfacelamento e sobretudo em enfraquecimento inafastável das funções e responsabilidades inerentes ao parlamentar.

É por esta razão que as emendas ao texto da lei, em especial aquelas dirigidas a manutenção das prerrogativas dos Parlamentares foram acatadas em sua quase integralidade, pois é entendimento deste Relator, não dever anuir, na delegação de qualquer função ou faculdade constitucionalmente conferida ao Poder Legislativo, especialmente no que diz respeito à matéria orçamentária, mesmo porque o Legislativo do Paraná não tem criado óbices à execução orçamentária e assim também abertura de créditos suplementares constantes dos projetos que tramitam nessa casa. Com tal postura, pretende esse Palemanter implementar a harmonia dos Poderes, pelo exercício pleno das prerrogativas dos Parlamentares.

Quanto às emendas à despesa e bem assim às programáticas, foram acolhidas dentro dos critérios fixados por essa comissão.



Faz-se necessário destacar que foram apresentadas diversas emendas contemplando as Instituições de Ensino Superior Públicas do Paraná - IES, por vários Deputados, inclusive por este Relator, mas conforme entendimentos mantidos com o Poder Executivo, as mesmas não foram acolhidas, uma vez que aquele Poder estaria enviando à Assembléia Legislativa, pelo menos dois Projetos de interesse das IES: o primeiro tratando de Planos de Cargos e Salários de seus funcionários e docentes; e outros, da sua Autonomia Financeira, ambas, duas reivindicações antigas e de grande importância para as IES.

Com o Projeto da Autonomia Financeira, as IES (Universidades e Faculdades) passarão a ter o repasse de recursos do orçamento estadual relacionado a um percentual do ICMS. Haverá então garantia de que esses recursos serão repassados às IES, dando a elas e liberdade para alocação dos recursos às despesas de investimentos ou de Custeio, indiscriminadamente.

A primeira fase classificatória deu-se com vistas à circunstância de estarem, as emendas, dentro dos programas a serem implementados pelo Estado, tais como: construção de rodovias, acessos e contornos de cidades; aquisição de ambulâncias e equipamentos de hospitais; custeio na área de saúde; construções, reformas e ampliações de hospitais; construções e reformas de delegacias; construção de quadras esportivas; auxílio para transporte escolar, serviços, manutenção e custeio; apoio a pequenas propriedades rurais, construção de estradas rurais; Casa da Guarda, desfavelamento, autoconstrução, Vilas de Ofício, Casa da Criança e Casa do Idoso e Casa da Família.

Em um segundo momento, foram considerados os valores apontados pelos DD. Parlamentares em suas emendas, ou em ajustes posteriormente feitos, sendo que, de uma maneira geral foram acatadas emendas cujos valores, sendo compatíveis com os projetos apresentados pelo Poder Executivo, se apresentam também viáveis, a nível de execução, assegurando com isso, aos Srs. Parlamentares, que após o seu acatamento por esse Relator sejam as suas propostas efetivamente cumpridas e realizadas no âmbito do Poder Executivo.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei, na forma de Substitutivo Geral apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.96.

(aa) MARQUINHOS ALVES - Presidente;  
DURVAL AMARAL - Relator.

Em Votação:

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço questão de registrar, nesta tarde, mais um agradecimento aos Parlamentares, aos Srs. Deputados, ao Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, ao Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Marquinhos Alves, e as demais Lideranças desta Casa, tendo em vista o alto grau de espírito público, de disseminismo, em que todos os Parlamentares procuram apoiar o trabalho da Comissão de Orçamento, apresentando as suas Emendas que somaram todas as Emendas dos Parlamentares, 3.400 Emendas que somaram 1 bilhão e 58 milhões, graças as priorizações dos Senhores Parlamentares, ao trabalho feito junto a cada um dos Senhores, nós conseguimos acolher 1628 Emendas, possibilitando uma modificação, uma alteração no Orçamento de 144 milhões de reais, o que, Nobre Líder Algaci Túlio, possibilitará com certeza, a execução plena do Orçamento em 1997. Procuramos também manter as prerrogativas do Poder Legislativo. Algumas delegações anteriormente contidas na proposta foram sem prejuízo do relacionamento e da harmonia entre os Poderes, foram deletadas

da proposta original do Governo do Estado, porque entendemos que a Assembléia Legislativa jamais se furtará a dar todo o apoio necessário a tantas quantas forem as suplementações orçamentárias necessárias, para que as finalidades do Governo do Estado sejam cumpridas em 1997.

São então, as minhas palavras, mais de agradecimento aos Líderes desta Casa, à Comissão de Orçamento, ao Presidente desta Comissão pelo apoio que recebi indistintamente de todos os Parlamentares, para que pudéssemos finalizar com um bom termo o trabalho desta relatoria, deste relator e a apresentação do Substitutivo Geral, que agora nesta tarde, tenho certeza será aprovada neste Plenário.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral. Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo conservem-se como estão.  
Substitutivo Aprovado.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 039/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar o lote nº 031/b, da Gleba 4, da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga, a Josélia Lopes Gralak. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.A.I.C. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 039/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 31=b, da gleba 4, da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga, a Josélia Dalsoto Lopes Gralak.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 34/96

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental nº . . . . . a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Josélia Dalsoto Gralak, o lote nº 31/b, da gleba 4, da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;  
NELSON JUSTUS - Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39/96

PARECER:

Relatório

O presente Projeto de Resolução tem origem na Mensagem Governamental nº 24/96, com o objetivo de alienar o lote nº 31=b da gleba 4, da Colônia Boa Ventu-

ra, situado no Município de Pitanga. Comarca de Pitanga, a Josélia Lopes Gralak.

#### Fundamentação

O órgão competente do Poder Executivo examinaram devidamente o processo, tendo o mesmo recebido pareceres favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná e da Secretaria de Estado do Governo.

#### Conclusão

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favorável a aprovação do Projeto de Resolução em epígrafe.

Sala das Comissões, em 27.11.96

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente;  
ORLANDO PESSUTI - Relator.

Item 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 040/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar o lote nº 004, do imóvel Borboletinha "B", situado no Município de Pitanga a Joel José Portugal Berardi, Clotelvina Aparecida Portugal Berardi, Renczeczen e João Vicente Portugal Berardi. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.A.I.C **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 4, do imóvel Borboletinha "B", situado no Município de Pitanga a Joel José Portugal Berardi, Clotelvina Aparecida Portugal Berardi Renczeczen e João Vicente Portugal Berardi.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96

(aa) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 35/95

#### PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental nº . . . , a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar Joel José Portugal Berardi, Clotelvina Aparecida Portugal Berardi Renczeczen e João Vicente Portugal Berardi, o lote nº 4, do imóvel Borboletinha "B", situado no Município de Pitanga.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;  
NELSON JUSTUS - Relator.

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40/96

#### PARECER:

#### Relatório

O presente Projeto de Resolução tem origem na Mensagem Governamental nº 25/95, com o objetivo de alienar o lote nº 4 do imóvel Borboletinha "B", situado no Município de Pitanga, Comarca de Pitanga, a Joel José

Portugal Berardi. Clotelvina Aparecida Portugal Berardi, Renczeczen e João Vicente Portugal Berardi.

#### Fundamentação

Os órgãos competentes do Poder Executivo examinaram devidamente o processo, tendo o mesmo recebido pareceres favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná e da Secretaria de Estado de Governo.

#### Conclusão

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favorável a aprovação do Projeto de Resolução em epígrafe.

Sala das Comissões, em 27.11.96.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente;  
ORLANDO PESSUTI - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1735, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1737, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1738, 1739 e 1740, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1741, 1751 e 1752, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1743 e 1744, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1745, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1746 e 1753 a 1758, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1747, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1749, de autoria dos Srs. Deputados, José Maria Ferreira e Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1750, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1759, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1760, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após a presente, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 261 e 443/96.

Marcado ainda uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 12, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nºs 374, 476/96;  
e dos Projetos de Resolução nºs 039 e 040/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 469, 504  
e 519/96;

e dos Projetos de Resolução nºs 032 e 035/96.

Levanta-se a sessão.